

Por um protocolo que permita a transferência automática de doentes urgentes do SNS para hospitais privados

Exmo Sr. Presidente da Assembleia da República:

A recente trágica notícia de um idoso que faleceu à espera de ser tratado no hospital de Santarém e as notícias que surgiram nos últimos dias com vários hospitais à beira ou já em plena ruptura por causa do crescimento explosivo dos casos COVID (de Santa Maria a Torres Vedras) tornam urgente a necessidade de criação de um protocolo permanente (além da actual Pandemia) que permita que os serviços de emergência (bombeiros, ambulâncias particulares ou INEM/CODU) remetam os doentes em ambulância para um hospital de "reserva" (privado ou de uma IPSS).

Este protocolo devia ser activado também para os doentes em sala de espera numa urgência hospital a partir de uma quantidade determinada de horas de espera (numa métrica dinâmica automática calculada a partir da pressão nos serviços de urgência).

Porque o Serviço Público de Saúde não tem que ser prestado apenas em unidades públicas de Saúde e porque existe capacidade instalada por aproveitar nos privados deveria existir um mecanismo que pudesse salvaguardar vidas humanas e poupar sofrimento através desses protocolos estabelecidos entre privados e Estado central e que incluísse este tipo de assistência de reserva a preços abaixo dos preços de mercado e que poderiam traduzir-se numa espécie de seguro de saúde pago à cabeça pelo Estado por cada cidadão abrangido por essa unidade de retaguarda durante um ano fiscal.

Os peticionários apelam assim ao Parlamento que legisle neste sentido.

Subscritor(es)

Rui Pedro Patricio Cabrita Martins